

SIMPÓSIO 135

Modalidade de Realização:

Online

Simpósio:

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, JUSTIÇA E VULNERABILIDADES DIGITAIS

Eixo Temático:

7 - DIREITOS HUMANOS E TECNOLOGIAS;

Coordenadoras:

Nome da Coordenadora 1: Bárbara Aparecida Nunes Souza

Vinculação Institucional: Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC (Brasil)

Resumo Curricular: Doutoranda em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Mestra em Direito das Crianças, Família e Sucessões pela Universidade do Minho. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Direito de Família e Sucessões em Perspectiva (GFAM), vinculado ao PPGD da Universidade Federal de Santa Catarina. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Contratualização das relações familiares e sucessórias: análise da proposta de alteração do Código Civil, vinculado ao PPGD da Universidade Estadual de Londrina. Presidente da Comissão Científica e de Pesquisa do Instituto Brasileiro de Direito de Família/SC (IBDFAM/SC). Graduada em Direito pela Faculdade Anhanguera e em Administração pela Faculdade Municipal de Palhoça.

Nome da Coordenadora 2: Fernando Roggia Gomes

Vinculação Institucional: Universidade do Minho (Portugal)

Resumo Curricular: Mestre em Direito Judiciário pela Universidade do Minho. Especialista em Direito Processual Civil pela Faculdade Educacional da Lapa e Direito Constitucional pela Universidade Anhanguera-Uniderp. Bacharel em Direito pela Universidade do Sul de Santa Catarina. Pesquisador do Grupo de Pesquisa Contratualização das relações familiares e sucessórias: análise da proposta de alteração do Código Civil, vinculado ao PPGD da Universidade Estadual de Londrina. Pesquisador do Grupo de Pesquisa Zeitgeist, coordenado pelo Prof. Dr. Alexandre Botelho. Exerce, atualmente, o cargo público de Analista Jurídico do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

Linha(s) de debate (descrição do Simpósio):

Inteligência artificial e decisão judicial: debates sobre o uso de sistemas algorítmicos pelo Poder Judiciário, incluindo ferramentas de análise de processos, predição de decisões e automação de atividades judiciais. Discute-se o impacto dessas tecnologias sobre a autonomia decisória, a racionalidade jurídica e a legitimidade das decisões judiciais, bem como os



possíveis vieses algorítmicos que podem mitigar, reproduzir ou ampliar desigualdades sociais e afetar grupos vulneráveis.

Vulnerabilidades digitais: reflexões sobre como o desenvolvimento e a difusão de tecnologias digitais podem mitigar, ampliar ou transformar vulnerabilidades sociais. Inclui debates sobre exclusão digital, abandono digital, exposição de menores de idade e as relações entre tecnologia e vulnerabilidade.

Idioma dos resumos que serão aceitos para apresentação:

Português (X)